

O caso Sady e Ágaba: política, movimento estudantil e violência escolar na Parahyba do Norte (1923)¹

The Sady and Ágaba case: politics, student movement and school violence in Parahyba do Norte (1923)

Favianni da Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-9818-3428>

José Gerardo Vasconcelos**

<http://orcid.org/0000-0003-0559-2642>

Antônio Roberto Xavier***

<https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>

Charliton José dos Santos Machado****

<https://orcid.org/0000-0002-4768-8725>

Resumo

O presente artigo, escrito com ênfase nas análises históricas, aborda os desdobramentos de movimentos estudantis e poder político local, decorrentes do crime cometido contra o estudante *lyceano* Sady Castor Correia de Araújo, de 27 anos, assassinado junto aos gradis de ferro da praça Comendador Felizardo Leite, em frente à Escola Normal, no dia 22 de setembro de 1923, na cidade de Parahyba, capital do então estado da Parahyba do Norte. O caso teve ampla repercussão, principalmente nos meios de comunicação da época (jornais impressos), com reflexos no cenário político parahybano e nacional, coincidindo com o agravamento das tensões faccionais locais, não por coincidência às vésperas das eleições de 1924. O texto busca compreender as motivações que

¹ Os autores agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo apoio financeiro, na forma de auxílio à pesquisa e bolsa de produtividade, que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa.

* Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor efetivo da Secretaria de Estado de Educação e professor redator e formador do Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). E-mail: fhavianny@gmail.com

** Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. E-mail: gerardovasconcelos@ufc.br

*** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). E-mail: roberto@unilab.edu.br

**** Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: charliltonlara@yahoo.com.br

levaram os estudantes do Grêmio Cívico-Literário 24 ao enfrentamento político com o governo do estado da Parahyba do Norte, sugerindo que a morte violenta e repentina do estudante Sady tenha servido de “estopim” para o agravamento das tensões políticas locais. Inscrito numa perspectiva teórica da Nova História Cultural, explora-se o campo de fenômenos em torno da problemática dos novos sujeitos históricos e da ampliação do campo de estudo do historiador na perspectiva da Micro-História. A metodologia adotada aproxima-se daquilo que Ginzburg (1991) intitulou de “paradigma indiciário”, também definido por Barros (2004) como “análise intensiva das fontes”. Utiliza-se como fontes privilegiadas jornais e revistas da época, documentos oficiais, jurídicos e historiográficos e parte da literatura sobre o caso.

Palavras-chave: política; movimento estudantil; violência escolar.

Abstract

This article, written with an emphasis on historical analyses, addresses the developments of student movements and local political power, resulting from the crime committed against the 27-year-old lycean student Sady Castor Correia de Araújo, who was murdered next to the iron railings in the Comendador Felizardo square Leite, in front of the Escola Normal, on September 22, 1923, in the city of Parahyba, capital of the then state of Parahyba do Norte. The case had wide repercussions, mainly in the media at the time (printed newspapers), with reflections on the Parahybano and national political scene, coinciding with the aggravation of local factional tensions, not coincidentally, on the eve of the previous ones in 1924. to understand the motivations that led the students of Grêmio Cívico-Literário 24 to a political confrontation with the State Government of Parahyba do Norte, suggesting that Student Sady's violent and regretful death served as a “trigger” for the aggravation of local political tensions. Inscribed in a theoretical perspective of New Cultural History, exploring the field of phenomena around the problematic of new histories and the expansion of the historian's field of study from the perspective of Micro-History. The methodology adopted is close to what Ginzburg (1991) entitled of “indicative paradigm”, also defined by Barros (2004) as “intensive analysis of the sources”. Use them as privileged sources of newspapers and magazines of the time, official, legal and historiographical documents and part of the literature on the case.

Keywords: policy; student movement; school violence.

Introdução

O presente artigo corresponde a um recorte de pesquisa de doutorado,² situando-se na esteira da historiografia regional, de cunho teórico-empírico, com abordagem qualitativa, tendo como ponto de partida um crime que ficou conhecido como o “caso Sady e Ágaba”, ocorrido na praça Comendador Felizardo Leite,³ na Parahyba do Norte,⁴ nos idos de 1923, envolvendo dois estudantes como vítimas, um agente do poder público (guarda civil) como acusado e personagens correlatos da política regional, do sistema educacional e dos movimentos estudantis daquele contexto. O texto descreve os desdobramentos políticos estudantis decorrentes do caso e busca compreender as motivações que levaram os estudantes do Grêmio Cívico-Literário 24 ao enfrentamento político com Governo do Estado da Parahyba do Norte, sugerindo que a morte violenta e repentina do estudante Sady serviu de “estopim” para o agravamento das tensões políticas locais.

Consideramos o crime o núcleo da narrativa, que se desdobra em outras, tendo como fio condutor a atuação da política estudantil dos alunos do Lyceu Parahybano, representados à época pelo Grêmio Cívico-Literário 24 de Março, em represália ao assassinato do estudante Sady Castor. Com efeito, é possível considerar o crime como um aspecto revelador de questões mais amplas que emergem de uma situação local, como, por exemplo, um assassinato. Assim, cabe indagar: qual foi o papel político dos estudantes *lyceanos*, mais especificamente daqueles que orbitavam o Grêmio Cívico-Literário 24 de Março, no âmbito das disputas políticas (local e nacional) naquele momento histórico?

Com sua peculiaridade, o caso Sady e Ágaba se enquadra na linha da Micro-História, por seu enfoque e suas preocupações. O recorte temporal é curto, não se passando mais do que duas semanas entre a morte de Sady Castor e o suicídio de Ágaba, mas com repercussões muitos anos depois. Alguns personagens são pessoas comuns, invisíveis no plano dos grandes acontecimentos, e não figuram no cenário dos grandes personagens da nossa história.

² SILVA, F. *O caso Sady e Ágaba: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a revolta dos estudantes do grêmio 24 de março*. 2014. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

³ Atual praça João Pessoa, também conhecida popularmente como “praça dos Três Poderes”, por ficar no centro dos prédios históricos onde funcionam a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Justiça e o Palácio do Governo.

⁴ O termo “Parahyba” (com “hy”) será utilizado sempre que se referir ao período anterior a 1931. Na época, o estado se chamava Parahyba do Norte e sua capital, cidade de Parahyba. Nesse ano, a nova constituição estadual mudou o nome para estado da Paraíba e sua capital passou a se chamar João Pessoa, em homenagem ao presidente de mesmo nome, o qual foi assassinado.

No geral, suas vidas e ações interagem com um amplo contexto social e com personagens que surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem “[...] fachos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança”.⁵

O texto adota a Micro-História como abordagem histórica, trabalhando no sentido de reduzir a escala de observação do historiador, com o intuito de se perceber determinados aspectos de um acontecimento ou de uma ocorrência que de outro modo passariam despercebidos aos olhos da Macro-História. O estilo preferencial é a narrativa, mas não a narrativa ficcional, pois a trama se apoia em dados históricos confiáveis e numa rigorosa análise das fontes.

A pesquisa abrange diversos tipos de fontes, além da historiografia e parte da literatura sobre o caso, as matérias publicadas pelos órgãos de imprensa do estado da Parahyba do Norte e do Brasil entre janeiro de 1923 e 1930, como também o conjunto de fontes oficiais (leis, decretos, ofícios, relatórios dos chefes de polícia, peças jurídicas, etc.). Sob o ponto de vista da Nova História Cultural, a ampliação dos tipos de documentação escrita, com as quais o historiador trata, implica necessariamente uma mudança de posição para com esses textos, compreendendo como fonte histórica tudo aquilo que pode evocar o passado e perpetuar a recordação e tudo aquilo que se constitui de uma escolha voluntária do historiador, mas é também como um conjunto de enunciados em que é possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade, à medida que se ocupe em descrever os discursos como práticas específicas no elemento do arquivo.

No primeiro caso, tanto a historiografia quanto a literatura não são vistas apenas como importantes fontes históricas para o estudo do caso, mais como “representação ou “prática discursiva” de uma determinada sociedade, acreditando que os discursos tanto historiográficos como literários não são neutros, já que esses reproduzem interesses e aspirações dos autores e da sua época. No caso da literatura, ela não só permite o acesso à sintonia fina ou ao clima da época como também o modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo e a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos, mas a própria produção de verdade ou de determinadas versões dos acontecimentos.

Da mesma forma, a imprensa, como documento da pesquisa histórica, também não pode ser considerada um campo neutro, haja vista que se

⁵ FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 5.

reveste do caráter político e de poder, no sentido de selecionar e formular uma narrativa do fato, transformando-o em acontecimento, criando uma memória do que deve ser lembrado e esquecido no futuro. O mesmo vale para as fontes oficiais (as mensagens presidenciais, os relatórios de policial – dados criminais – e o processo jurídico), igualmente importantes nesta pesquisa, pois nos dizem muito sobre o uso dos aparelhos repressivos do Estado no controle de crimes, contravenções e desvios de comportamento. Na análise desses tipos de fontes, é necessário trabalhar o documento como produtor de determinada verdade e, nesse sentido, é importante desconfiar dos discursos, considerando que todo ele é fruto de determinada época e sociedade, de um contexto. O esforço do historiador, sob esse viés, é entender o ponto de vista do outro, levando em consideração o fato de que o olhar dos homens do passado sobre seu mundo estava permeado de fatores subjetivos, como frequentemente ocorre.

A metodologia adotada é algo muito próximo daquilo que Ginzburg⁶ intitulou de “paradigma indiciário”, denominado por Barros⁷ de análise intensiva das fontes, entendida aqui como a maneira pela qual é possível se movimentar sistematicamente em torno de um tema como este. Assim como nos casos Pierre Rivière⁸ e Menocchio,⁹ o conjunto de fontes sobre o caso Sady e Ágaba, em sua heterogeneidade, não forma um discurso homogêneo nem coeso, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos, através de discursos que se entrecruzam, revelando tensões entre os grupos políticos locais, a Igreja, os estudantes e os segmentos da própria sociedade. Nesse sentido, Foucault¹⁰ ressalta que “[...] as forças que se encontram em jogo na História não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta”.

O destino trágico do inditoso casal nos diz algo sobre a silenciosa maioria de seus contemporâneos, revelando as incoerências nas normas sociais estabelecidas, os conflitos políticos em escala menor (na esfera local) e uma determinada rede de rivalidades e solidariedades entre os próprios estudantes, de medo e de expectativas que afloram a partir de práticas discursivas

⁶ GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁷ BARROS, J. D. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

⁸ FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

⁹ GINZBURG, *op. cit.*

¹⁰ FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 28.

cotidianas recuperadas, do fanatismo político e das reações do poder coercitivo do Estado. Trata-se, pois, de um episódio que se destaca pela exuberância sangrenta, por envolver paixões amorosas e rixas políticas, como também pela importância de alguns protagonistas conhecidos da História paraibana (como João da Mata, José Américo de Almeida, Heráclito Cavalcante e outros) e ilustres anônimos (como o *lyceano* Sady Castor e a normalista Ágaba Medeiros, ou mesmo o próprio Antônio Carlos Menezes, conhecido como o guarda número 33). Mais do que isso, o estudo desse caso é revelador dos valores culturais da época, particularmente no que diz respeito à atuação política estudantil dos alunos *lyceanos* do Grêmio Cívico-Literário 24 de Março.

A história desse tipo de organização estudantil, na condição de entidade política cultural, ainda é muito pouco estudada pela historiografia educacional, não só pela dificuldade de acesso às fontes, como também pelo pouco interesse temático dos historiadores *parahybanos* da educação quanto ao papel dos estudantes como sujeitos produtores de objetos, discursos e práticas culturais.

Movimentos estudantis na Parahyba do Norte: breve contextualização até a década 1920

Historicamente, o Lyceu Parahybano foi um espaço educativo destinado à formação intelectual da elite paraibana, mas também foi um espaço de formação e atuação política de cunho liberal republicano. Essa formação e atuação políticas se davam por meio das inúmeras associações cívicas e literárias (recreativas), criadas no final do século XIX, cujo modelo organizacional antecede as atuais organizações estudantis do século XX, que tinham como objetivos o estímulo à cultura dos sentimentos morais e cívicos ao desenvolvimento do gosto pela instrução científica, literária e técnica.¹¹

Para Menezes,¹² as entidades estudantis dessa natureza não subsistiram nos primeiros 50 anos de existência do Lyceu Parahybano (1836-1873), por essa razão pouco influenciou o corpo discente, “[...] com seus líderes e suas associações, sua consciência estudantil e sua expressão literária”¹³ na política escolar ou a repercutir como política cívica. Em *História do Lyceu Parahybano*, o autor elenca dois fatores principais para a pouca atividade cívica e cultural dos discentes

¹¹ AGUIAR, R. C. L.; GRÁCIO J. C. Grêmio estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. (org.). *Gestão democrática*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 57-72.

¹² MENEZES, J. R. *História do Lyceu Parahybano*. João Pessoa: UFPB, 1982.

¹³ *Id.*, *ibid.*, p. 235.

dos Lyceus: o autoritarismo pedagógico, pautado no ensino tradicional, em que a distância entre mestres e pupilos não favorecia a associação dos alunos em centros autônomos; e o relativo isolamento institucional do Lyceu, haja vista a inexistência de outras escolas na província naquele período.

Essa situação somente mudaria a partir dos anos 1870, quando a geração dos bacharéis políticos passou a se libertar das influências dos Padres Mestres (eruditos, sisudos, donos do saber) na direção do Lyceu, influenciando, assim, a formação de centros autônomos, sob estímulos e diretrizes de matriz institucionalizadora, como, por exemplo, a campanha pela Guerra do Paraguai, o abolicionismo e o republicanismo.¹⁴

Por conta disso, a relação entre professores/diretores e alunos adquiriu outros significados, pois, segundo Menezes,¹⁵ a geração dos bacharéis políticos foi responsável por uma melhor aceitação dos educandos, principalmente entre aqueles que assumiam por idade do que aqueles eleitos pela congregação e/ou nomeados dentro de critérios políticos. Um exemplo disso foi dado pela liderança diplomática de Lindolfo Correia Neves, então diretor do Lyceu, em 1923, no infausto mês de setembro da “tragédia” de Sady Castor: “[...] sem seu prestígio junto aos estudantes e aos professores jovens, tudo teria se agravado, com possíveis chacinas estudantis”.¹⁶

Durante quase meio século, inúmeros grêmios se sucederam, muitos com curtíssima duração. Infelizmente, não é possível saber quantas agremiações existiram ou quais suas orientações cívicas e/ou literárias. O que se sabe é que os primeiros grupos estudantis só foram criados em 1889. Nesse ano, os alunos do Lyceu fundaram o Grêmio Benjamin Constant, em homenagem ao fundador da república brasileira, na ocasião da visita de Silva Jardim à Parahyba do Norte.¹⁷ Menezes¹⁸ nos diz que o “[...] o civismo da juventude lyceana intervalava-se, segundo a repercussão das campanhas e dos eventos lá fora, com os caravaneiros despertando e convocando em emergências idealistas”. Curiosamente, alguns julgaram prematuro o movimento, como registra Mariz.¹⁹

¹⁴ MENEZES, 1982.

¹⁵ *Id.*, *ibid.*

¹⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 240.

¹⁷ *Id.*, *ibid.*

¹⁸ *Id.*, *ibid.*, p. 241.

¹⁹ MARIZ, C. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1980.

Já Cunha²⁰ fez anotações sobre os numerosos grêmios provincianos da brilhante época cultural em que liderou o grupo feminino, a evidenciar-se na *Belle Époque parahybana*. De acordo com essa autora, grêmios como Benjamin Constant (1889), Clube Cívico Valpaizão (1898), Sete de Setembro (1900), Clube Sinfônico (1902), A Colmeia (1916 – Clube Literário) e outros foram se sucedendo dentro de preocupações cívicas e literárias. Para Menezes,²¹ entre as inúmeras associações criadas entre as décadas de 1880 e 1930, o Grêmio Benjamin Constant e o Grêmio Escolástico Parahybano foram os mais duradouros e operosos. O primeiro deles, de ex-alunos como Irineu Pinto, conduzindo-o para a defesa do patrimônio histórico; enquanto os discípulos de Eugenio Toscano de Brito preferiam a apologia republicana. Esse último teve uma maior atividade, favorecido pelo governo de Castro Pinto. Era uma associação estudantil com sólido apoio da administração do doutor Thomas de Aquino Mindello, diretor daquele estabelecimento, de onde saíram nomes como João da Mata.²²

A geração da década de 1920 na Parahyba do Norte deu origem ao Grêmio Cívico-Literário 24 de Março, como representante de uma cultura cívico-literária fortemente marcada por atuação política de cunho liberal, tendo sido pivô dos protestos e das manifestações desencadeados após a morte de Sady. A escolha do nome Grêmio Cívico-Literário 24 de Março se deu em homenagem à data de fundação do Lyceu Parahybano, instituído pela Lei número 11, de 24 de março de 1836. Na ocasião da fundação, a solenidade foi no salão de honra do Lyceu Parahybano.²³

Fundado em 1921, o Grêmio Cívico-Literário 24 de Março tornou-se a principal organização estudantil na Parahyba do Norte até 1930, indo além das tradições cívicas e literárias, ao se envolver diretamente nas disputas políticas do início da década de 1920. No ano de 1923, os alunos desse grêmio tiveram um papel político significativo em diversos acontecimentos naquele ano, como durante as greves de 1923, em meio à paralisação das obras contra as secas, e durante a greve da Companhia de Luz, Força e Tração. Contudo, foi no caso Sady e Ágaba que os estudantes do Grêmio 24 de Março se envolveram abertamente num impasse com as forças políticas governistas e

²⁰ CUNHA, O. C. Associações de outrora (palestra realizada na sessão de 3 de outubro de 1937). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v. 10, p. 93-98, 1946.

²¹ MENEZES, 1982.

²² CUNHA, *op. cit.*

²³ *Id.*, *ibid.*

desempenharam um papel político significativo,²⁴ em um dos momentos de maior tensão política na Parahyba do início da década de 1920.

O caso Sady e Ágaba: poder político local e educação

É na Parahyba do Norte da década de 1920 que se ambienta o referido caso, com sua incipiente remodelação ao estilo *Belle Époque*, em grande parte incentivada pela cultura do algodão, haja vista que o estado era o principal produtor no Brasil à época; a ampliação da rede ferroviária, que, muito mais do que benefícios econômicos, contribuiu para o urbanismo e a modernização dos costumes; o incremento de obras contra a seca; o início da introdução do capitalismo industrial no Estado.²⁵

Segundo Mello,²⁶ o surto de urbanização que beneficiou principalmente a capital trouxe consigo outras características das cidades mais urbanizadas. O espaço sociocultural, abrindo-se para as letras e as artes, era encampado pelo jornal *A União* e pela revista *Era Nova*; o Lyceu Parahybano e a Escola Normal eram os centros culturais da capital paraibana; os intelectuais da época volteavam em torno desses órgãos.

Por esse tempo, mais especificamente em 1922, a sociedade brasileira vivenciava um momento de confluências de insatisfações, colocando o país, pela primeira vez, no centro das discussões políticas, quase simultaneamente em toda a nação, caracterizadas pela insatisfação política, social e cultural por parte de uma elite urbana e comercial. A busca por soluções para os problemas das mais diversas áreas induziu o esforço da intelectualidade (parte de uma elite urbana e comercial) no sentido de dar um novo caráter ao país, buscando integrar as diversidades. Alguns costumes, no entanto, insistiam em prevalecer, a exemplo da drástica separação do sexo nos espaços públicos e privados, sobretudo nos espaços escolares em que a influência da igreja católica era muito intensa.²⁷

Nas escolas, a separação de meninas e meninos ainda era um tabu, tida como regra nas instituições educativas do estado. A influência da Igreja Católica na educação do estado contribuía sobremaneira na manutenção desse

²⁴ MENEZES, 1982.

²⁵ LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

²⁶ MELLO, J. O. A. Solon de Lucena: ascensão burguesa e democracia na Paraíba. In: LEITE, S. R. et al. (org.). *Solon de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1979.

²⁷ TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.

modelo, apesar de já existirem debates então sobre a coeducação dos sexos. Seguindo os valores morais da época, rapazes do Lyceu e moças da Escola Normal não deveriam se misturar.

Foi nesse contexto que Sady Castor, discente do Lyceu Parahybano, foi vítima daquilo que os estudantes chamaram de ordem injusta, instituída pelo então diretor da Escola Normal, monsenhor João Milanez. No início do ano de 1923, o religioso havia restringido a aproximação masculina (mais especificamente dos estudantes do Lyceu) nas imediações da Escola Normal, a fim de evitar o contato entre moças e rapazes no início, nos intervalos e na saída das aulas. Para que se cumprisse inflexivelmente sua ordem transmitida, o monsenhor solicitou ao chefe de polícia, doutor Demócrito de Almeida, uma autorização para colocar um guarda civil na porta da escola. Assim, foi disponibilizado um agente de segurança do estado, mais especificamente da Guarda Civil, exclusivo para vigiar a aproximação dos rapazes nas proximidades daquele educandário.²⁸

Na ocasião, o estudante Sady Castor encontrava-se à frente da escola, na calçada da praça Comendador Felizardo Leite, aguardando o término das aulas da Escola Normal. Esperava a saída da normalista Ágaba Gonçalves de Medeiros, de 17 anos, quando foi abordado pelo guarda civil número 33, Antônio Carlos de Menezes, este incumbido naquela ocasião de vigiar e punir qualquer aproximação masculina às moças da Escola Normal. Então, teve início uma áspera discussão entre os dois, culminando na morte do estudante, atingido com um tiro no abdômen.

Socorrido rapidamente por amigos e professores do Lyceu, o rapaz foi levado no automóvel do 22º Batalhão de Caçadores (BC) até a residência do então juiz federal doutor Francisco de Gouveia Nóbrega, residente na avenida General Osório, vindo a falecer poucas horas depois. O corpo foi velado por toda a noite de sábado e madrugada de domingo, coberto de flores, entre quatro círios e coroas que chegavam a toda hora.²⁹

No dia seguinte, domingo, 23 de setembro, por volta das 8 horas da manhã, o cortejo saiu da porta do Lyceu em direção ao cemitério Senhor da Boa Sentença, sendo presenciado por uma multidão, acompanhada pela banda de música do Exército, que executou as marchas de estilo.³⁰ A situação se agravou quando, logo após o sepultamento, diante da comoção generalizada,

²⁸ VASCONCELOS, A. B. (org.). *Apologia do amor: Sady e Ágaba*. João Pessoa: Unipê, 2009.

²⁹ BRASIL. Estudantes que passaram a noite velando o cadáver. *Jornal A Tarde*, Parahyba do Norte, 24 set. 1923.

³⁰ BRASIL, 1923.

os estudantes do Grêmio Cívico-Literário 24 de Março realizaram um polêmico protesto, obrigando o governo a tomar providências, fechando o Lyceu Parahybano e a Escola Normal temporariamente. A oposição política àquele governo, com apoio de alguns militares, tomou as dores dos estudantes e aproveitou-se da situação para intensificar as críticas ao governo do estado. Suas intenções não eram outras senão complicar politicamente a imagem do governo *epitacista* de Sólon de Lucena ante as proximidades das indefinições pré-eleitoreiras de 1924.

O caso teve amplos desdobramentos políticos, documentados pela imprensa da época, justamente num dos momentos mais delicados da política *parahybana*, marcado pelo agravamento das tensões políticas faccionais em meio às divisões intraelites e aos rearranjos das forças políticas locais e nacionais de 1922.³¹ *a priori*, entre o grupo político conhecido como Heraclista, na verdade, uma dissidência do Partido Republicano Conservador (PRC), de oposição ao governo, liderado por Heráclito Cavalcante, então desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do Estado, e o grupo constituído no poder em 1915, ligado a Epitácio Pessoa, ex-presidente da República, líder maior do PRC da Parahyba.

Como se não bastasse, ao final dos primeiros 15 dias, quando tudo se encaminhava para uma resolução do impasse, o caso ganhou a dimensão de tragédia shakespeariana: muito deprimida e emocionalmente fragilizada pela morte do estudante Sady Castor, Ágaba suicidou-se ingerindo forte dose de veneno.³² Diante da repentina morte de Ágaba, o caso voltou a ganhar destaque na imprensa, circulando várias versões sobre a morte dela, dentre as quais a de suicídio (voluntário), que ganhou força logo após a descoberta de cartas escritas pela jovem pouco antes de morrer.³³

O incidente agravou as tensões, levando a oposição a denunciar as “ingerências” administrativas do governo do estado, condenando o padre, o chefe de polícia e até o próprio presidente do estado, Sólon Barbosa de Lucena, como os principais responsáveis pela tragédia de 22 de setembro de 1923. Esses atos foram duramente censurados pelo governo do estado, que ordenou a interrupção das aulas de ambas as escolas por alguns dias. Além disso, a polícia aumentou a segurança nas imediações do local do crime, proibindo a aproximação e/ou a formação de aglomerações de rapazes nas proximidades

³¹ MELLO, 1979.

³² VASCONCELOS, 2009.

³³ VASCONCELOS, A. B. *O drama de Ágaba*. 2. ed. Campina Grande, 1987.

da praça Comendador Felizardo Leite. Diante da coação da polícia, os alunos entraram com uma ordem de *habeas corpus*, conseguindo o direito de andarem livremente e de se reunirem sem serem ameaçados de prisão. Por conta disso, o governo do estado resolveu fechar o Lyceu Parahybano e a Escola Normal por tempo indeterminado.³⁴

O fechamento das escolas gerou revolta, principalmente entre os estudantes, que se uniram, apoiados pela oposição, numa campanha jornalística (e política) em defesa da reabertura do Lyceu e da Escola Normal.³⁵ A polêmica recebeu reflexões acaloradas na Assembleia Estadual, chegando, inclusive, ao “Palácio do Catete”, onde Artur Bernardes, então presidente, através de deputados e senadores do partido *epitacista* no Congresso Nacional, acabou por apoiar as decisões tomadas pelo presidente da Parahyba. Quinze dias após o assassinato de Sady, com as escolas ainda fechadas, o deputado Isídrio Gomes, porta-voz da oposição, encaminhou uma solução para o impasse entre estudantes e governo, dando garantias de que os discentes não fariam qualquer resistência ou manifestações públicas a não ser em memória de Sady Castor.³⁶

Segundo Mello,³⁷ o caso Sady e Ágaba foi um dos dois acontecimentos que mais perturbaram a administração do governo *epitacista* de Sólon de Lucena. O outro havia sido a suspensão pelo governo Bernardes das obras contra as secas, o que resultou em greves de cerca de quatro mil operários naquele mesmo ano. De certo modo, ambos os acontecimentos estão ligados indiretamente. Àquela altura, os ânimos políticos já estavam bastante exacerbados e qualquer acontecimento que envolvesse a administração *epitacista* podia e era usado como pretexto para uma crítica política mais contundente aos situacionistas.

Na Parahyba, assim como no resto do país, durante a Primeira República (1891 a 1930), o poder passou a ser exercido pelos coronéis e suas oligarquias.³⁸ Os novos donos do poder passaram a governar a nação com base na dominação da política de seu estado, exercendo uma prática política personalista e patrimonialista.³⁹

³⁴ VASCONCELOS, 1987.

³⁵ MELLO, 1979.

³⁶ VASCONCELOS, *op. cit.*

³⁷ MELLO, *op. cit.*

³⁸ GURJÃO, E. Q. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: UFPB, 1994.

³⁹ FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

Segundo Lewin,⁴⁰ o estado da Parahyba do Norte passou por três oligarquias: o *venancismo*, comandado por Venâncio Neiva (juntamente com Epiácio Pessoa), primeiro governador republicano do estado, no período de 16 de novembro de 1889 a 27 de novembro de 1891. Estes tiveram vida curta. Quando o governo do Marechal Deodoro da Fonseca foi derrubado por Floriano Peixoto, também foi dissolvida a primeira junta governativa estadual (Neiva-Pessoa), sendo em seu lugar endossada uma nova, cujo grupo político daria origem à oligarquia Machado-Leal ou simplesmente *alvarista*, na figura de seus principais líderes, Álvaro Machado e o padre Walfredo Leal. E, por fim, a terceira oligarquia foi o *epitacismo* (antigos venancistas e epitacistas), na figura do ex-presidente da República Epiácio Pessoa, quando assumiu o controle do PRC, em 1912, comandando os rumos da política até 1930.

O revés político se deu diante da conjuntura política do governo de Hermes da Fonseca, favorável a Epiácio Pessoa, e como consequência da morte de Álvaro Machado, obrigando Walfredo Leal a entrar em acordo com os *venancistas* e *epitacistas*, cedendo gradativamente, a ponto de dividirem a liderança do PRC. Nesse ponto, o governo Castro Pinto (1912-1915) foi um divisor de águas, na medida em que este tentou conciliar interesse mútuo. Nas eleições de 1915, no entanto, eclodiu o rompimento definitivo entre as duas facções, reconfigurando o cenário político *parahybano*, com os *epitacistas* (PRC-P) vitoriosos e os *alvaristas-walfredistas* (PRC), com um único deputado eleito (Semeão Leal – primo de Walfredo), pelo Partido Autonomista.⁴¹

O período seguinte (1916 a 1930) testemunhou a ascensão e o declínio políticos do grupo ligado a Epiácio Pessoa. O auge da oligarquia *epitacista* situou-se dos anos de 1919 a 1922, quando Epiácio Pessoa chegou à Presidência da República, posto que lhe permitiu desenvolver uma ampla política de infraestrutura e favorecimento da economia algodoeira e de combate às secas no Nordeste, injetando no estado uma grande quantidade de verbas através da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs). As obras serviram também para beneficiar e cooptar as oligarquias locais, consolidando seu total controle da política estadual.⁴² Na transição presidencial de 1922 (a saída de Epiácio Pessoa e a entrada de Artur Bernardes), o país entrou em ebulição (política, social e cultural), cujas consequências abriram as portas para a revolução de 1930. Na Parahyba, o assassinato de João Pessoa por João Duarte Dantas foi o

⁴⁰ LEWIN, 1993.

⁴¹ *Id.*, *ibid.*

⁴² LEWIN, 1993.

estopim que deflagrou o golpe que derrubou Artur Bernardes e instaurou o governo getulista por longos 15 anos.

Apesar de as origens desses conflitos faccionais remontarem a períodos e contextos anteriores, como esclarece Lewin,⁴³ é fato que os estudantes do Grêmio 24 de Março não só foram só protagonistas dessa história, como também sujeitos, atuando como mediadores em meio aos sérios conflitos políticos faccionais.⁴⁴ O Grêmio Cívico-Literário 24 de Março foi a última agremiação estudantil antes da Revolução Tenentista de 1930, com forte atuação no âmbito político institucional. Contudo, por trás da repercussão da morte de Sady Castor e dos desdobramentos por ele originados, estava a atuação de uma agremiação cívico-literária, organizada política e ideologicamente, assessorada por diversos personagens políticos opositores ao governo de Sólon de Lucena, mais especificamente, alguns representantes de uma elite urbana, portadores de uma visão liberal de sociedade que alvejavam acender na carreira política, como, por exemplo, figuras como o bacharel Miguel Santa Cruz, João da Mata Correia Lima e até o ilustre João Duarte Dantas, este último atuando através das páginas d'*O Jornal*.

Naquele ano de 1923, João da Mata e João Dantas haviam fundado *O Jornal* e articulavam a fundação de um partido de oposição ao situacionismo para concorrer à sucessão de Sólon de Lucena. Quatro anos depois, em 1928, fundariam o Partido Democrático, que teve vida curta em virtude da revolução de 1930. Já o PRC, ou pelo menos parte dele, isto é, o grupo liderado pelo desembargador Heráclito Cavalcante, defendia os estudantes na imprensa, por meio do jornal *A Tarde*, e no fórum do Supremo Tribunal Legislativo da Paraíba.

Porta-voz do PRC (autonomistas), o jornal *A Tarde* foi a principal voz dos estudantes e seu maior “defensor”. Fundado pelo desembargador do Supremo Tribunal de Justiça Heráclito Cavalcante para apoiar a reação republicana em 1921, esse jornal permaneceu ativo até 1924. Antes dele, o *Diário do Estado* fazia o papel de oposição, nascido sob o auspício do senador Walfredo Leal, em 1915, para dar cobertura à renovação da representação paraibana no Congresso Nacional e no Senado. Na época, *A Tarde* entrou em desavenças com *A União*, apelidado por Carlos Dias Fernandes de “o corsário”.⁴⁵

⁴³ *Id.*, *ibid.*

⁴⁴ *Revista Era Nova*, abril de 1921.

⁴⁵ VASCONCELOS, A. A. V. *A história de um historiador*. João Pessoa: Coleção Discursos Acadêmicos, 1983. v. 5.

Nas arenas políticas, destaque para a atuação do líder da oposição na Assembleia Estadual, o deputado Isidrio Gomes, e do próprio Heráclito Cavalcante no Supremo Tribunal de Justiça; todos eles tomaram partido da situação instaurada em decorrência do assassinato de Sady Castor. Por outro lado, essa mesma oposição que auxiliou os estudantes se aproveitou da situação para ganhar terreno no cenário político estadual, na medida em que passou a denunciar as “ingerências” administrativas do governo do estado. A ligação de figuras como o professor Miguel Santa Cruz e o próprio João da Mata revela pistas de onde emanavam as orientações políticas daquela agremiação, haja vista a tendência de essas associações serem orientadas por ex-alunos e (ex)professores da respectiva instituição.

O primeiro deles, o professor Miguel Santa Cruz, era docente do Lyceu Parahybano, onde lecionava História do Brasil. Junto com João da Mata, foi testemunha dos protestos e das manifestações dos estudantes. Estiveram presentes às missas e romarias em prol da alma do casal. Miguel Santa Cruz, como professor do Lyceu, esteve sempre ao lado dos estudantes, orientando-os nos momentos difíceis, coordenando reuniões do Grêmio 24 de Março, nas solenidades, palestras e conferências promovidas pelos gremistas.

Além disso, os dois bacharéis representaram o Grêmio 24 de Março perante o Supremo Tribunal de Justiça no processo *do habeas corpus* impetrado dois dias após a morte de Sady Castor. A ação foi vencida, mas à custa do fechamento, por tempo indeterminado, do Lyceu e da Escola Normal. Os dois também atuaram como advogados durante os vários julgamentos do guarda 33, contratados pela família Castor e Nóbrega para auxiliarem a acusação. Ou seja, de modo geral, foram principalmente essas duas figuras que melhor orientaram os estudantes antes e depois das manifestações do domingo do dia 24 de setembro de 1923. Muito embora o professor Miguel Santa Cruz nunca tenha assumido cargo político, foi um árduo defensor das causas estudantis, juntamente com seu colega João da Mata Correia Lima, considerado o general da mocidade. A atuação desse último junto à classe estudantina foi tão marcante que o grêmio seguinte, pós-Revolução Tenentista, faria homenagem justamente ao professor líder dos estudantes dos anos de 1920, o doutor João da Mata.⁴⁶

Já João da Mata era filho do doutor Lindolfo Correia Lima, este ex-deputado estadual, secretário do governo e emérito professor do Lyceu. À época do crime, o doutor Lindolfo era então diretor do Lyceu Parahybano. Notável

⁴⁶ A *União*, sábado, 22 out. 1932.

advogado, brilhante orador, ex-aluno do Lyceu (turma de 1908), João da Mata mostrou logo cedo suas aptidões intelectuais. Ingressou no Lyceu em 1912, concluindo o curso em 1915. Líder estudantil à sua época, era considerado um aluno excelente. Em 1912, fundou o Grêmio Maciel Pinheiro, onde colaborava para a revista *Lyceum*. Em 1915, foi aprovado no exame de admissão para a Faculdade de Direito do Recife, bacharelando-se em 18 de dezembro de 1919. Segundo Lima, João da Mata atuou em diversos jornais, onde deixou “traços marcantes de sua pena”, como em *A Noite*, onde publicou diversos sonetos sob pseudônimo de “C. L.” (1915); *Renascença* (1916); *Correio da Manhã*, a partir de 1917, com pequenas interrupções; *O Norte*; *O Comercio da Parahyba*; *Era Nova*; *O Jornal*; *O Diário do Povo* (1929); e a *Gazeta Humorística*. Foi no jornal *Correio da Manhã*, porém, onde exercitou sua vocação de jornalista e onde construiu os alicerces de sua carreira política.⁴⁷

Em 1928, durante a campanha da Caravana Democrática, João da Mata, então como presidente de honra do Grêmio Cívico 24 de Março, representou os estudantes na saudação dos líderes democráticos que visitavam a Parahyba.⁴⁸ Consoante Lima, sua aproximação dos caravaneiros apertou os laços das ideias que já os uniam e, juntamente com “Drs. José Pessoa de Brito, Aderbal Piragibe e muitos outros, na capital e circunvizinhança, [...], fundaram em pouco tempo o Partido Democrático na Paraíba” [PDP].⁴⁹ Em 18 de setembro, foi eleito para a diretoria provisória do PDP tendo como presidente o doutor Otacílio de Albuquerque e vice o próprio João da Mata.⁵⁰

Em quatro meses de fundação, o PDP firmou-se de tal maneira que, em 31 de dezembro de 1928, conseguiu eleger três vereadores da Câmara Municipal (João da Mata, José Maciel e Aderbal Piragibe), disputando os lugares com uma organização oposicionista radicada havia anos no Estado, sem mesmo o apoio de um órgão de imprensa próprio, fazendo a apresentação dos candidatos ao eleitorado por meio de boletins e comícios.⁵¹

Segundo Lima, sua vitória causou sensação até em outras unidades federativas, segundo o jornal *O Combate*, de Recife.⁵² Daí em diante, iniciou uma carreira “meteórica” na política *parahybana*, interrompida tragicamente

⁴⁷ LIMA, A. C. *João da Mata: Escola Industrial de João Pessoa. Estado da Paraíba: Curso de Tipografia e encadernação*, 1951, p. 22.

⁴⁸ *Id.*, *ibid.*

⁴⁹ LIMA, 1951, p. 54.

⁵⁰ *Id.*, *ibid.*

⁵¹ *Id.*, *ibid.*

⁵² *Id.*, *ibid.*

em 18 de outubro 1929, num acidente de carro, quando ia para o Recife. Em 1932, os alunos do Lyceu fundaram um grêmio homenageando seu nome. Sua morte ainda é cercada de mistério, quando voltava de carro do Recife. Seu carro aparentemente foi jogado de forma violenta à margem da estrada que ligava as duas capitais, num trecho largo e pouco movimentado.⁵³

Ao longo de sua formação, atou como jornalista, orador, literato, poeta, professor e advogado, esta última considerada sua maior vocação. No início da década de 1920, de volta à Parahyba, trabalhou defendendo causas polêmicas, juntamente com seu amigo e sócio, o doutor João Duarte Dantas. Conforme Melo⁵⁴, “[...] apesar do absoluto contraste de temperamento, era considerado verdade amigo de João Dantas”. Ambos militaram na imprensa, no fórum e na política *parahybana* durante toda a década de 1920.

Ainda segundo esse autor,⁵⁵ João Dantas e João da Mata fizeram da advocacia sua principal profissão, patrocinando inúmeras e importantíssimas causas, sempre conquistando expressivas vitórias. “Como ambos eram equidistantes das facções políticas, tornaram-se os preferidos pelos que sofriam injustiças e perseguições de origem partidária ou por arbitrariedades policiais”.⁵⁶

Já o bacharel João Duarte Dantas era filho do doutor Franklin Dantas, de uma prestigiada família de Teixeira, interior da Paraíba, que teve seu auge político no tempo da Monarquia e no início da República, até perder importância ao longo da segunda década do século XX, principalmente depois do conflito entre os Dantas de Teixeira e a política de Epitácio, surgido em 1911 e 1912.

O nome desse personagem está ligado à História da Paraíba, principalmente porque foi o autor dos disparos fatais que vitimaram o então presidente do estado da Paraíba do Norte. Na época, João Pessoa havia sido candidato a vice-presidente do Brasil na chapa encabeçada por Getúlio Vargas contra o grupo paulista e o mineiro Júlio Prestes e Vital Soares. A sua morte é considerada o estopim da Revolução Tenentista, conhecida como a Revolução de 1930, que levou Getúlio a ascender ao poder após um levante contra uma suposta fraude nas eleições. Os disparos que vitimaram João Pessoa não tinham inicialmente motivos políticos, e sim, em sua maior parte, pessoais, uma vez que João Pessoa, como chefe da polícia do estado, foi conivente com

⁵³ *Id.*, *ibid.*

⁵⁴ MELO, F. *João Dantas: uma biografia*. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2002, p. 55-56.

⁵⁵ *Id.*, *ibid.*

⁵⁶ *Id.*, *ibid.*, p. 61.

o arrombamento do escritório de João Dantas, confiscando bens e principalmente *publicizando* cartas íntimas.

Nascido em Mamanguape, Paraíba, em 12 de julho de 1888, João Duarte Dantas ficou com os pais até os 16 anos, quando se mudou para a capital a fim de continuar seus estudos no Lyceu Parahybano. Concluiu o curso de Humanidades em 1907, ingressando logo em seguida na Faculdade do Direito de Recife.⁵⁷ Ainda como acadêmico, na pequena revolução do coronel Rego Barros – chefiada no sertão pelos doutores Franklin Dantas e Augusto Santa Cruz –, foi o comandante da coluna que, por alguns dias, ocupou a cidade de Patos, em 1912. Depois desse episódio, João Duarte Dantas se voltou para os estudos, obtendo o diploma de bacharel em março de 1914, aos 25 anos. Nos seis anos seguintes, dedicou-se à advocacia no fórum de Monteiro e depois em Mamanguape até 1920, quando voltou para a capital do Estado.⁵⁸

Em pouco tempo, firmou-se como um dos mais competentes advogados do fórum *parahybano*, trabalhando para a Agência do Banco do Brasil. Junto com João da Mata, trabalhavam no mesmo escritório, instalado no andar térreo do prédio onde funcionava o *Correio da Manhã*, na rua Duque de Caxias.⁵⁹ Nunca exerceu função política, muito embora sempre estivesse envolvido nas rixas de sua família com o governo *epitacista*. Quando do rompimento do ajuste entre o padre Walfredo Leal e o senhor Epitácio Pessoa, no famoso ano de 1915, João Dantas ficou contra o último, contrário, por princípios, à sua política saturnina e familiar, ficando ao lado da política que lhe era adversa.

Na sucessão de Sólon de Lucena, porém, cujo candidato *epitacista* era o doutor João Suassuna, pai do escritor Ariano Suassuna, João Dantas e João da Mata se juntaram ao sobrinho do senhor Epitácio Pessoa, o doutor Joaquim Pessoa Cavalcante de Albuquerque, para a fundação de um partido de oposição ao situacionismo paraibano, cujo apoio seria dado pelo *O Jornal*, criado exclusivamente para fazer sua campanha política. De acordo com Melo,⁶⁰ a ideia era lançar como candidato o doutor Ivo Soares, médico do então presidente Artur Bernardes, com reais possibilidades de vitória, em oposição ao candidato indicado por Sólon de Lucena. Segundo esse autor, “[...] os entendimentos se processavam na Capital paraibana, entre João Dantas e João da Mata, de um

⁵⁷ MELO, 2002.

⁵⁸ *Id.*, *ibid.*

⁵⁹ *Id.*, *ibid.*

⁶⁰ MELO, 2002.

lado, e o srs. Joaquim pessoa e Heráclito Cavalcante, do outro”.⁶¹ Estes dois últimos não concordavam com o lançamento da candidatura de Ivo Soares à presidência do estado, na esperança cada qual de ser o candidato do Catete, sem se aperceberem que o apoio do presidente da República era para seu médico.

Na época do crime do estudante Sady Castor, João Dantas dividiu o escritório de advocacia com o “agitador” da “mocidade estudantina”, João da Mata Correia Lima. Ambos pertenciam às fileiras de opositores ao governo *epitacista* de Sólon de Lucena, incomodados com os desmandos da política oligárquica. Como disse o presidente do estado, em sua mensagem de 1924, se não fosse a coincidência de haver ocorrido esse fato justamente quando mais aguda se tornava a campanha dos elementos opositores ao seu governo no intuito de impopularizá-lo, provavelmente o incidente que vitimou o “inditoso” Sady Castor, segundo Sólon de Lucena, teria passado sem tanta repercussão, além da punição do criminoso e o justo pesar do povo diante daquele acontecimento inesperado e contristador.⁶²

No meio disso tudo, estavam os estudantes do Lyceu, particularmente os alunos integrantes do Grêmio Cívico-Literário 24 de Março, não menos imparciais aos acontecimentos, presentes em todo e qualquer reunião (evento, agrupamento, discussão, audiência pública, conferência) sobre o caso. Estes passaram a protagonizar uma das mais emblemáticas resistências político-estudantis ao poder constituído à época da Primeira República, tendo como mártir (o catalisador dos protestos) o cadáver do estudante Sady Castor. Em outras palavras, os estudantes tomaram partido e posicionamento político diante do impasse gerado pela morte de Sady Castor e, para isso, tiveram o apoio de elementos ligados à política partidária opositora.

Conclusão

O que se apurou e se pode conjecturar, especialmente sob o ponto de vista do poder político local, foi que o crime da praça Comendador Felizardo Leite passou a ser lembrado, ficando conhecido como o “caso Sady e Ágaba”. O caso, além de repercutir negativamente nos meios políticos, envolveu os dois principais grupos políticos – faccionais – em disputa pelo controle do Estado:

⁶¹ *Id.*, *ibid.*, p. 58.

⁶² PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Sólon Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, *Imprensa Official*, 1924, s.p., p. 8.

a priori, o grupo político conhecido como *heraclista*, uma dissidência do PRC – de oposição ao governo –, liderado pelo então desembargador do Supremo Tribunal de Justiça do estado Heráclito Cavalcante, e o grupo constituído no poder desde 1915, ligado a Epiácio Pessoa, ex-presidente da república, líder maior do PRC da Parahyba.

É possível considerar o crime de Sady e o suicídio de Ágaba como casos reveladores de questões mais amplas que emergem de uma situação local, a partir de uma tragédia, como foi o caso aqui relatado, sobretudo com relação ao papel decisivo da participação dos estudantes *lyceanos*, principalmente daqueles que orbitavam o Grêmio Cívico-Literário 24 de Março no âmbito das disputas políticas (local e nacional) naquele momento histórico. Outra notoriedade caminha na direção de compreender as razões e/ou motivações pelas quais o Grêmio Cívico-Literário 24 de Março se envolveu abertamente num impasse político com o governo do estado após o assassinato do estudante Sady Castor Correia Lima, buscando identificar nos diversos discursos os impactos e os significados políticos desse caso para a história *parahybana* no recorte da pesquisa, mais especificadamente no intervalo da morte de Sady e do suicídio de Ágaba.

Dessa forma, entendemos que os discentes do movimento estudantil do Lyceu Parahybano, especialmente aqueles pertencentes ao Grêmio Cívico-Literário 24 de Março, foram não só protagonistas dessa história, assessorados por figuras políticas passionistas, como afirmam os discursos oficiais, mas também figurantes de sua história, portadores de outros questionamentos que emergiram num momento de grande tensão. Vale lembrar que a participação nos movimentos populares nas questões políticas, sociais e econômicas do país sempre contou com diversos setores da sociedade, entre eles os grêmios estudantis. Estes se constituíram em espaços coletivos de discussões, em que os estudantes tiveram a oportunidade de expor opiniões a respeito da comunidade escolar (suas necessidades, desejos, funções, tanto nas questões administrativas como nas questões pedagógicas), participando ativamente na elaboração do processo educacional.

Nessa perspectiva, ao mesmo tempo que o Lyceu foi um espaço educativo destinado à formação intelectual da elite *parahybana*, também foi um lócus de formação e atuação política de cunho liberal republicano. Essa formação e atuação políticas se davam por meio das inúmeras associações cívicas e literárias (recreativas) criadas no final do século XIX, cujo modelo organizacional antecede as organizações estudantis do século XX, as quais tinham

como objetivos o estímulo à cultura dos sentimentos morais e cívicos” e o desenvolvimento do “gosto pela instrução científica, literária e técnica.

Mais do que isso, o estudo do caso Sady e Ágaba pode constatar que, com o início do governo de Sólon de Lucena, forças novas já se moviam no plano geral da realidade sociopolítica *parahybana*. A morte do estudante Sady Castor foi apenas o “estopim” que deflagrou os protestos e manifestações estudantis e conseqüentemente a adesão oposicionista à causa dos discentes, agravando ainda mais os conflitos entre as duas principais facções políticas do estado, em uma conjuntura política muito delicada naquele momento.

Por seu turno, o estudo sobre o caso Sady e Ágaba, além de servir para vislumbrar determinados aspectos da cultura política estudantil, suas práticas e estratégias políticas, solidariedades e rivalidades como expressão de micropoderes, rigores e flexibilidades dos sistemas repressivos, pode lançar nova luz sobre as origens das tensões políticas entre os dois principais grupos políticos em disputa pelo controle político do estado da Parahyba, que, mais tarde, sete anos depois, no governo de João Pessoa, entrariam novamente em choque no fatídico ano de 1930. Não queremos dizer com isso que o caso Sady e Ágaba seja a origem dessas animosidades, mas que ele (o caso) pode revelar aspectos (ou pistas) de que esses atritos já estavam acontecendo e que mais tarde resultariam nos acontecimentos fatídicos que redundaram no assassinato de João Pessoa e na “revolução” tenentista, levando Getúlio Vargas ao poder. O fato é que o crime transformou imediatamente Sady Castor em um herói da mocidade e símbolo de resistência dos estudantes, enquanto o guarda número 33, Antônio Carlos de Menezes, foi convertido em um vilão vil e degenerado.

Outra desvelação que o caso traz é sobre a separação de meninas e meninos nos espaços escolares, um tabu tido como regra nas instituições educativas do Estado. A influência da Igreja Católica na educação do Estado contribuía sobremaneira na manutenção desse modelo, apesar de já existirem debates sobre a coeducação dos sexos. Vale lembrar que, naquela época, apesar da separação entre República e Igreja Católica, esta última passou a auxiliar o Estado no processo de escolarização da educação brasileira, mesmo com a Constituição de 1891 estabelecendo a laicidade do ensino público. Em alguns estados, no entanto, a Igreja teve intensa influência nas políticas públicas em educação, a exemplo da Parahyba, que, na contramão desse processo, não adotou plenamente em suas primeiras constituições republicanas o caráter da laicidade do ensino, apenas assegurado para o ensino primário público.

Seguindo os valores morais da época, rapazes do Lyceu e moças da Escola Normal não deveriam se misturar.

Por anos, a história do estudante Sady e da normalista Ágaba foi contada e recontada por diversas vezes. Uma história triste com fim trágico, bem ao estilo dramático e melancólico eternizado por Shakespeare em algumas de suas peças, como *Antônio e Cleópatra*, *Otelo* e principalmente *Romeu e Julieta*. Daí em diante, escritores, poetas e romancistas trataram de escrever sobre o caso, produzindo inúmeros outros discursos de uma das mais singulares histórias (tragédias de amor) vivenciadas na Parahyba do Norte nos idos de 1923.

Referências

A UNIÃO, sábado, 22 out. 1932.

AGUIAR, R. C. L.; GRÁCIO J. C. Grêmio estudantil: construindo novas relações na escola. In: BASTOS, J. B. (org.). *Gestão democrática*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 57-72.

BARROS, J. D. *O campo da História: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. Estudantes que passaram a noite velando o cadáver. *Jornal A Tarde*, Parahyba do Norte, 24 set. 1923.

CUNHA, O. C. Associações de outrora (palestra realizada na sessão de 3 de outubro de 1937). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano*, João Pessoa, v. 10, p. 93-98, 1946.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 16. ed. São Paulo: Globo, 2004.

FAUSTO, B. *O crime do restaurante chinês: Carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 5.

FOUCAULT, M. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão: um caso de parricídio do século XIX*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011, p. 28.

GINZBURG, C. *O queijo e os vermes: o cotidiano de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GURJÃO, E. Q. *Morte e vida das oligarquias: Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: UFPB, 1994.

- LEWIN, L. *Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- LIMA, A. C. *João da Mata: Escola Industrial de João Pessoa. Estado da Paraíba: Curso de Tipografia e encadernação*, 1951, p. 22.
- MARIZ, C. *Apanhados históricos da Paraíba*. 2. ed. João Pessoa: UFPB, 1980.
- MELLO, J. O. A. Solon de Lucena: ascensão burguesa e democracia na Paraíba. In: LEITE, S. R. et al. (org.). *Solon de Lucena: democracia e década de vinte na Paraíba*. João Pessoa: A União, 1979.
- MELO, F. *João Dantas: uma biografia*. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2002, p. 55-56.
- MENEZES, J. R. *História do Lyceu Parahybano*. João Pessoa: UFPB, 1982.
- PARAHYBA DO NORTE. Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa na abertura da 4 sessão ordinária da 8 legislatura, 1º de setembro de 1924, pelo dr. Sólón Barbosa de Lucena, presidente do estado. Parahyba, *Imprensa Oficial*, 1924, s.p., p. 8.
- REVISTA ERA NOVA, abril de 1921.
- SILVA, F. *O caso Sady e Ágaba: o crime da praça Comendador Felizardo Leite e a revolta dos estudantes do grêmio 24 de março*. 2014. 330 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.
- TRINDADE, H. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1979.
- VASCONCELOS, A. A. V. *A história de um historiador*. João Pessoa: Coleção Discursos Acadêmicos, 1983. v. 5.
- VASCONCELOS, A. B. (org.). *Apologia do amor: Sady e Ágaba*. João Pessoa: Unipê, 2009.
- VASCONCELOS, A. B. *O drama de Ágaba*. 2. ed. Campina Grande, 1987.

Artigo recebido para publicação em 26/03/2021
Artigo aprovado para publicação em 24/09/2021